



**Ministério Do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Comissão Intergestores Tripartite/CIT**

31ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite do SUAS

Ata da ordem do dia 30 de junho de 2025

Brasília/DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME**
Comissão Intergestores Tripartite - CIT

Ata da 31ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite - CIT

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

Local Virtual: Plataforma Zoom

Data: 30/06/2025

1 Ao trigésimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco realizou-se a 31ª Reunião
2 Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite – CIT do Sistema Único de Assistência Social - SUAS,
3 sob a Coordenação do Secretário Nacional de Assistência Social, Senhor André Quintão. Estiveram
4 presentes as(os) seguintes membros: Penélope Regina Silva de Andrade, Secretária Municipal de
5 Surubim/PE; Clara Carolina de Sá, Diretora do Departamento de Gestão do SUAS da SNAS; Márcia
6 Pádua Viana, Coordenadora-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada do SUAS; Regis Aparecido
7 Andrade Spindola, Diretor do Departamento de Proteção Social Especial da SNAS; Edgilson Tavares
8 de Araújo, Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS da SNAS; Iêda
9 Maria Nobre de Castro, Diretora do Departamento de Gestão do Cadastro Único da Secretaria de
10 Avaliação e Gestão da Informação e Cadastro Único; Cyntia Figueira Grillo, Secretária de Estado do
11 Espírito Santo/ES; Tânia Soares de Souza, Secretária de Estado de Roraima/RR; Hélio Ricardo
12 Pereira Batista, Secretário Municipal de Quatis/RJ; Valdiosmar Vieira Santos, Secretário Municipal
13 de Campo de Brito/SE; Magali Pereira Gonçalves Constato Basile, Secretária Municipal de Campo
14 Limpo/SP; Luciana Vieira Marques Viana, Secretária Municipal de Cedro/CE; Rafaelly Machado,
15 Representante do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS pelo Movimento Nacional da
16 População de Rua de Alagoas – MNPR/AL; Roberto Fantinel, Representante da Secretaria Estadual
17 do Rio Grande do Sul/RS; Marcílio Marquesini Ferrari, Representante CGGTEP; Paula Goes,
18 Representante do CG Regulação SUAS; José Arimatéia de Oliveira, Representante DEFNAS;
19 Patrícia Margotto, Representante Assessoria SETADES; Alice, Representante da SAGICAD; Mallon
20 Aragão, Representante SNAS; Mônica Alves da Silva, Representante SNAS; Carlos Braga,
21 Representante da Secretaria de Estado de Pernambuco/PE.

22 **Abertura:** O Senhor André Quintão, Secretário Nacional de Assistência Social, iniciou a 31ª Reunião
23 Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite – CIT do Sistema Único de Assistência Social – SUAS
24 cumprimentando a todas(os). Informou também sobre as duas grandes perdas que a secretaria sofreu
25 durante a última semana. A primeira do marido da Chefe de Gabinete, Senhor Cláudio Queiroz e

26 segunda da Senhora Mercês, uma funcionária exemplar na estruturação e funcionamento do Conselho
27 Nacional de Assistência Social. Diante disso, solicitou que fosse feito um minuto de silêncio em
28 forma de homenagem a essas pessoas. Seguidamente, foi realizada a leitura da pauta, que segue: 1.
29 Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – CapacitaSUAS; 2.
30 Novo Acordo da Bacia do Rio Doce; 3. Pactuação da Prorrogação do prazo da Resolução CIT nº 17,
31 de 3 de outubro de 2013; 4. Informes: Entrega do produto da Câmara Técnica de Migrantes e
32 Refugiados, Sistema de informações do Serviço de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos
33 (SISC), MDS, CONGEMAS, FONSEAS, e CNAS. Adiante, com a palavra, a Senhora Penélope
34 Regina Silva de Andrade, Secretária Municipal de Surubim/PE, observou que é muito importante, e
35 lamentável, que a pauta para reunião da CIT tenha chegado aos conselheiros do CONGEMAS apenas
36 no sábado. Considerou que é importante que os conselheiros possam ler a pauta e fazer um estudo,
37 compartilhando com seus representantes, a fim de conseguir um debate mais qualificado, porém isso
38 não foi possível devido ao atraso de recebimento do referido documento. Reforçou que não observou,
39 na pauta, nenhum ponto que tenha sido indicação do CONGEMAS, que fez um levantamento com
40 todos os colegiados estaduais, sobre as demandas e fragilidades e que seria importante compartilhar
41 com os membros da CIT. Finalizou a fala propondo que seja inserido como ponto de pauta sobre o
42 BPC, diante do cenário nacional atual, é necessário chegar na CIT, ainda mais depois do Decreto que
43 foi instituído, pois existem informações atravessadas e a ausência de informações. Posteriormente, a
44 Senhora Cyntia Figueira Grillo, Secretária de Estado do Espírito Santo/ES, inferiu sobre a
45 possibilidade de organização para que a pauta possa ser entregue aos conselheiros em tempo hábil,
46 para que haja um bom debate e contribuição. Ressaltou que existe uma discussão, no âmbito do
47 FONSEAS, a respeito das conferências. Considerou que foi realizado um levantamento que culminou
48 em um relatório importante sobre as condições dos estados, sendo assim, solicitou, que se houver
49 tempo oportuno que o FONSEAS possa apresentá-lo. Em seguida, passou-se ao item: Programa
50 Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – CapacitaSUAS (Apresentação:
51 Senhor Marcílio Marquesini Ferrari). Aberto as considerações, a Senhora Clara Carolina de Sá,
52 Diretora do Departamento de Gestão do SUAS da SNAS, mencionou que foi um processo de
53 construção de ter muito a ver com o movimento de organizar e fortalecer, na medida dos instrumentos
54 disponíveis, o CapacitaSUAS. Isso vai de encontro ao instrumento de pavimentação que o Conselho
55 Nacional de Assistência Social fez com a instituição, por resolução, da Escola do SUAS, Simone
56 Albuquerque. Ressaltou que é uma ferramenta importante para o Departamento de Gestão do SUAS

57 e que há um desafio de se debruçar para aprofundar todo o desenho da plataforma da Escola do SUAS.
58 Ato contínuo, a Senhora Tânia Soares de Souza, Secretária de Estado de Roraima/RR, pontuou que
59 essa é uma estratégia para fortalecer, cada vez mais, os municípios, pois o trabalho desenvolvido
60 reflete nas atividades do estado e vice-versa. Reforçou que é importante, também, verificar as
61 estruturas municipais, pois o existe um trabalho muito importante e intenso, que mais do que nunca,
62 não é uma questão de boa vontade das secretarias, mas de incapacidade por questões estruturais dos
63 municípios. Após, o Senhor Hélio Ricardo Pereira Batista, Secretário Municipal de Quatis/RJ, inferiu
64 que o CapacitaSUAS representou muito, durante um período, a consolidação ou tentativa de
65 consolidar a política e conseguir chegar na ponta, porém falta discutir sobre o cofinanciamento.
66 Inquiriu sobre o que está posto, financeiramente, para a execução dessa educação permanente, pois
67 esse é um grande desafio para os dias atuais. Finalizou reforçando que não existe serviço e trabalho
68 qualificado se não houver investimento na educação permanente dos técnicos do SUAS.
69 Seguidamente, a Senhora Cyntia Figueira Grillo, Secretária de Estado do Espírito Santo/ES, informou
70 que este ano existem ofertas dos cursos autoinstrucionais com a inovação de três que incluem,
71 inclusive, no arcabouço, as parcerias público-privadas, pois tem termos de fomento com as entidades.
72 Questionou se existe de expansão dos cursos de pós-graduação e mestrado no âmbito do SUAS, pois
73 são extremamente importantes e fundamentais para que seja completada a oferta, a partir do que os
74 estados já possuem. Adiante, o Senhor Valdiosmar Vieira Santos, Secretário Municipal de Campo de
75 Brito/SE, pontuou que o que os conselheiros desejavam saber era justamente sobre o que foi abordado
76 durante a apresentação. Questionou também como sobre como se dá, se dará ou como está sendo
77 trabalho, no Governo Federal, a continuidade da educação permanente, pois é um ponto
78 extremamente sensível e relevante. Para os estados que já utilizaram todo o seu recurso, inquiriu
79 quando eles voltarão a capacitar seus profissionais novamente. Finalizou a fala considerando que
80 sente falta, no CapacitaSUAS, de uma atualização das equipes de nível médio, para os educadores
81 sociais, cuidadores de abrigos, de crianças e adolescentes. Posteriormente, a Senhora Penélope
82 Regina Silva de Andrade, Secretária Municipal de Surubim/PE, pontuou que quando o CONGEMAS
83 sugere essa pauta, é dentro de uma visão maior da gestão do SUAS de fato. Ressaltou que o sistema
84 possui equipes das secretarias municipais que estão completamente defasadas. Considerou que nesse
85 cenário com a ausência de fragilidade, cresceu o número de consultorias e assessorias que, muitas
86 vezes, ocupam os espaços que são legítimos dos gestores. Reforçou que isso é algo grave e urgente,
87 pois desmobiliza o SUAS de uma forma que afeta diretamente a estrutura de gestão única de

88 centralidade do comando. Em seguida, o Senhor Edgilson Tavares de Araújo, Diretor do
89 Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS da SNAS, ponderou que tem dialogado
90 sobre essa temática, inclusive para a reativação da RENEP, que era uma rede que possuía algumas
91 universidades. Reforçou que isso pode ser objeto de uma próxima pactuação, realizando articulações
92 de uma maneira tranquila. Ato contínuo, uma das partícipes agradeceu pela oportunidade de participar
93 da reunião da CIT e reforçou o tópico acerca da estrutura para aplicação dos cursos. Ressaltou que o
94 FNAS este no estado de Roraima, levando conhecimento e um relatório para os municípios. Em
95 resposta, o Senhor Marcílio Marquesini Ferrari agradeceu por todas as intervenções dos conselheiros
96 e convidados presentes, pois elas fortalecem a gestão do programa. Considerou que é favorável para
97 que haja a educação EAD, mas é necessário qualificar. É importante, também, construir uma linha de
98 cuidado para construir, via capacitação, para as trabalhadoras(es) do SUAS. Após, seguiu-se ao item:
99 Novo Acordo da Bacia do Rio Doce. Com a palavra, o Senhor André Quintão, Secretário Nacional
100 de Assistência Social, informou que o novo acordo tem a duração de 20 anos para várias áreas. Uma
101 parte dos recursos serão das próprias empresas que assumem determinadas ações, tem parte de
102 transferência de renda, bem como de indenizações e uma parte política. Em discussão, para o novo
103 acordo foi conquistado o montante de 640 milhões de reais para o Sistema Único de Assistência
104 Social, durante esses 20 anos. Considerou também que foi criado um fundo chamado de “Fundo Rio
105 Doce” que é gerido pelo BNDES, e que majoritariamente, 80% desse recurso será distribuído para os
106 municípios. Seguidamente, o Senhor Paulo Clemente, Representante do DGSUAS, realizou a leitura
107 da proposta de resolução acerca da temática. Aberto as considerações, a Senhora Cyntia Figueira
108 Grillo, Secretária de Estado do Espírito Santo/ES, fez um agradecimento ao Senhor Paulo Clemente,
109 bem como à sua equipe do Estado do Espírito Santo pela dedicação na realização desse processo.
110 Reforçou que foi pensado em estratégias de superação e garantia de proteção social para as famílias
111 e indivíduos dos 11 municípios, do Estado do Espírito Santo, que foram atingidos pelo desastre e pelo
112 crime ambiental. Ressaltou que se sente esperançosa que esse recurso possa minimizar um pouco do
113 impacto sofrido por essas famílias e da reconstrução dos municípios. Propôs que seria importante que
114 houvesse uma equipe de referência exclusiva para os dois estados para que possa acompanhar o
115 desenvolvimento e realização desse processo. Adiante, a Senhora Magali Pereira Gonçalves Constato
116 Basile, Secretária Municipal de Campo Limpo/SP, ponderou que ficou contente pela justiça que foi
117 feita, mesmo que de forma tardia. Ressaltou que tem falado muito sobre a temática ambiental durante
118 as conferências. Ressaltou também que concorda que tenha uma equipe de referência nos dois estados

119 para que possa acompanhar o desenvolvimento do processo. Posteriormente, a Senhora Rosilene
120 parabenizou o Governo Federal, ao Secretário André Quintão e ao Senhor Paulo Clemente pela
121 condução e por conseguir a participação efetiva dos municípios e dos estados atingidos pelo crime
122 ambiental da Vale. Em seguida, o Senhor André Quintão, Secretário Nacional de Assistência Social,
123 submeteu a proposta de resolução a votação e não havendo mais considerações, foi aprovada pelos
124 conselheiros presentes. Ato contínuo, informou que o pessoal do DBA estava em reunião com o
125 Departamento de Benefícios que trata do BPC, na Casa Civil, discutindo sobre a temática dos
126 Benefícios de Prestação Continuada. Ressaltou que será formalizada a solicitação de uma reunião,
127 ainda que online, entre o Colegiado de Gestores Municipais, de Estado e o com o Diretor de
128 Benefícios. Após, seguiu-se ao item: Pactuação da Prorrogação do prazo da Resolução CIT nº 17, de
129 3 de outubro de 2013 (Apresentação: Regis Aparecido Andrade Spindola). Aberto as considerações,
130 o Senhor Hélio Ricardo Pereira Batista, Secretário Municipal de Quatis/RJ, inferiu que quando se
131 discute sobre CREAS, também é referenciado, ainda, a regionalização de alta complexidade. Pois a
132 porta de entrada a alta complexidade se encontra através do equipamento CREAS, e se ampliar o
133 CREAS, ampliará a demanda de entrada. Sendo assim, reforçou que é necessário alinhar como será
134 trazido para a discussão essas questões. Seguidamente, a Senhora Cyntia Figueira Grillo, Secretária
135 de Estado do Espírito Santo/ES, ponderou que é importante pensar na regionalização, mas antes de
136 avançar é preciso considerar a regulação do serviço de alta complexidade, tanto nas ILPI's, quanto
137 nos acolhimentos para crianças e adolescentes, como as residências inclusivas. Inferiu que é
138 importante ter parâmetros de fluxos e de regulação desses serviços para que se tenha sustentabilidade
139 nos municípios e nos estados. Finalizou considerando que será necessário madurecer a pauta da
140 regionalização na Câmara Técnica ou GT, para que seja de forma ampla e paralela. Adiante, a Senhora
141 Magali Pereira Gonçalves Constato Basile, Secretária Municipal de Campo Limpo/SP, ressaltou que
142 é importante ter bastante clareza para definir a questão da proteção social especial. Lembrou que há
143 muitos anos já é trabalhado para a saúde com recursos da Assistência Social. Posteriormente, a
144 Senhora Tânia Soares de Souza, Secretária de Estado de Roraima/RR, informou que em Roraima
145 quem não se compromete com a alta complexidade é o município de grande porte – Boa Vista, que
146 compreende cerca de 72% da população total do Estado. Sendo assim, considerou que será necessária
147 uma intervenção do Governo Federal para fazer com que o município entenda qual seu papel e sua
148 responsabilidade em relação a essa temática. Finalizou ponderando que o Estado tem sofrido com a
149 pressão relacionada aos idosos que estão dentro dos abrigos da Operação Acolhida. Em seguida, a

150 Senhora Rafaelly Machado, Representante do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS pelo
151 Movimento Nacional da População de Rua de Alagoas – MNPR/AL, pontou sobre a importância de
152 se aprofundar na referida pauta, pois acaba que os serviços de proteção social de alta complexidade,
153 serviços de acolhimento para a população de rua, se tornam um “abrigo” de pessoas idosas,
154 acamadas, em situações complicadas e precisando de serviços de saúde que não pode ser realizado
155 dentro dos abrigos. Diante disso, é necessário pensar, não somente na regionalização, mas também
156 na expansão dos serviços. Ato contínuo, a Senhora Mariana Franco agradeceu pelas informações
157 apresentadas e que informou que o FONSEAS discutiu que além da regionalização deve ser debatido
158 acerca da ampliação da cobertura da proteção especial. Ressaltou também que não dá para comparar
159 a forma de oferta de proteção especial nos territórios. Após, a Senhora Simone Machado propôs que
160 seja constituída uma Câmara Técnica ou GT, pois os pontos que foram levantados durante a reunião,
161 boa parte foi contemplada na apresentação. Seguidamente, o Senhor Tauã inferiu que tem sido
162 percebida uma ampliação e um reposicionamento do papel dos Estados no debate sobre o tema, que
163 também abrange fronteiras da resolução. Adiante, foi realizada a leitura da proposta de resolução que
164 trata: fica pactuada a prorrogação do prazo para demonstração da implantação da oferta regionalizada
165 dos serviços de proteção social especial para 30 de junho de 2026, conforme critérios definidos pela
166 resolução CIT nº 17, de 03 de outubro de 2013. Não havendo considerações, foi aprovada pelos
167 conselheiros presentes. Posteriormente, passou-se aos informes sobre as conferências (Apresentação:
168 Cyntia Figueira Grillo). Com a palavra, inferiu que foi realizado um levantamento sobre as
169 dificuldades enfrentadas pelos estados para custeio integral para participação dos delegados nas
170 conferências. Ressaltou que o Senhor Tauã iria realizar a apresentação dos dados que foram
171 informados e que contaria com a colaboração dos conselheiros presentes para tentar amadurecer e
172 nivelar os problemas que os estados estão enfrentando. Aberto as considerações, o Senhor José
173 Arimatéia de Oliveira, Representante DEFNAS, ponderou que esse é um tema que nunca é vencido,
174 mesmo com as questões pontuadas pelo Conselho Nacional sobre o orçamento. Ressaltou que as
175 informações precisam ser levadas até o Ministro, pois, de fato, o orçamento disponível não prevê
176 qualquer alastro financeiro para grandes possibilidades. Em seguida, um dos participantes sugeriu que
177 deve ser realizado um trabalho com quem possui saldos represados para que ele seja utilizado; e quem
178 não tenha saldo represado não pode pagar o ônus pelos que possuem. Ato contínuo, a Senhora Cyntia
179 Figueira Grillo, Secretária de Estado do Espírito Santo/ES, propôs que o Fundo Nacional faça um
180 estudo dos estados e municípios que possuem os fundos represados, pois será de grande ajuda para o

181 FONSEAS. Também solicitou que a CIT possa ter compromisso de pensar em uma forma de
182 regulação dessa situação para as próximas conferências. Após, o Senhor André Quintão, Secretário
183 Nacional de Assistência Social, considerou que a maior preocupação do Conselho Nacional,
184 FONSEAS e CONGEMAS é garantir que todo o processo conferencial seja exitoso, tanto para os
185 municípios quanto para os estados. Seguidamente, passou-se ao item: Informes sobre o Sistema de
186 Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC (Apresentação: Senhor
187 Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão). Aberto as considerações, o Senhor Valdiosmar Vieira
188 Santos, Secretário Municipal de Campo de Brito/SE, inferiu que os serviços que tem uma
189 materialidade no cotidiano dos municípios pequenos, e são mais históricos, tendem a ter uma
190 cobrança maior. Sendo assim, ponderou que é preciso caminhar de forma mais acelerada para pensar
191 em um novo modelo de serviço de convivência em acordo com a realidade social que está sendo
192 vivida. Adiante, seguiu-se ao item: Entrega do produto da Câmara Técnica de Imigrantes e
193 Refugiados (Apresentação: Cyntia Figueira Grillo). Aberto as considerações, o Senhor Regis
194 Aparecido Andrade Spindola, Diretor do Departamento de Proteção Social Especial da SNAS, inferiu
195 que foi realizada a entrega, porém CONGEMAS e FONSEAS ainda terão o prazo de 30 dias para que
196 possam fazer contribuições e considerações para que, assim, haja a pactuação. **Encerramento:** Não
197 havendo mais assuntos a serem tratados, o Senhor André Quintão encerrou a 31ª Reunião Ordinária
198 da Comissão Intergestores Tripartite – CIT/SUAS, agradecendo a presença de todas(os).

199 **André Quintão**

200 **Secretário Nacional de Assistência Social**

201
202 Brasília/DF

203 Junho de 2025